

1945

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**TRABALHO ASSOCIATIVO,
IDENTIDADES TERRITORIAIS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE
APICULTORES DA REGIÃO DO ALTO
TURI MARANHENSE**

Sandro Pereira Silva

1945

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, março de 2014

**TRABALHO ASSOCIATIVO, IDENTIDADES
TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DA
REGIÃO DO ALTO TURI MARANHENSE**

Sandro Pereira Silva*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 AGRICULTURA FAMILIAR, IDENTIDADES TERRITORIAIS E AÇÃO COLETIVA	8
3 O MODELO ANALÍTICO	14
4 RESULTADOS.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

SINOPSE

Este trabalho de investigação teve como objetivo principal analisar os mecanismos de organização social e ação coletiva em torno de projetos associativos de economia solidária e desenvolvimento territorial. Para isso, o elemento empírico de análise foi a Associação de Apicultores da Região do Alto Turi Maranhense (Turimel), formada em 2008 por um grupo de famílias agricultoras que residem em uma região de colonização estatal com origem na década de 1960 e que até hoje permanece com sérios problemas quanto a infraestrutura, serviços públicos e direitos de propriedade. O enfrentamento das dificuldades e a viabilização desse projeto coletivo resultaram no reconhecimento institucional da Turimel e o empoderamento sociopolítico das famílias envolvidas, além da melhoria de sua qualidade de vida. Mais que um empreendimento econômico, a apicultura de base associativa foi um forte elemento de re-territorialização na região do Alto Turi, uma vez que possibilitou um ambiente de novas perspectivas de inserção produtiva para sua população rural, ao mesmo tempo em que abriu outros campos de disputa provenientes de uma nova dinâmica econômica de mercado.

Palavras-chave: associativismo; agricultura familiar; desenvolvimento territorial; economia solidária; identidade; apicultura.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the mechanisms of social organization and collective action around projects associative of solidarity economy and territorial development. For this, the empirical element analysis will be the Beekeepers Association of the Region of Alto Turi Maranhense (Turimel), formed in 2008 by a group of farming families who reside in a state with a region of origin in the 1960s, but until today remains serious problems regarding infrastructure, public services and property rights. Dealing with the difficulties and feasibility of this collective project resulted in the institutional recognition of Turimel and empowerment of the families involved, as well as improving their quality of life. More than an economic enterprise, the beekeeping associative was a strong element of re-territorialization in the Alto Turi, since it allowed an environment of new prospects for productive insertion its rural population, while it opened other fields dispute from a new economic dynamic market.

Keywords: associations; family farming; territorial development; solidarity economy; identity; beekeeping.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação teve como objetivo principal analisar os mecanismos de organização social e ação coletiva em torno de projetos associativos de economia solidária e desenvolvimento territorial. Para isso, o elemento empírico de análise foi a Associação de Apicultores da Região do Alto Turi Maranhense (Turimel), formada em 2008 por um grupo de famílias agricultoras que residem em uma região de colonização estatal com origem na década de 1960, mas que até hoje permanece com sérios problemas quanto a infraestrutura, serviços públicos e direitos de propriedade.

Trata-se então de verificar quais os fatores determinantes históricos e conjunturais que possibilitaram a formação de estruturas conectivas entre os atores locais para a consolidação desse projeto, envolvendo protagonismo comunitário, geração de renda e conscientização ambiental, aspectos indispensáveis para um processo de desenvolvimento sustentável. Para tanto, utilizou-se de uma série de instrumentos de investigação conjugados, tais como: revisão de literatura sobre os principais temas envolvidos na pesquisa; tabulação de dados sociais sobre a região; análise documental sobre o processo de ocupação da região e a institucionalização da Turimel; entrevista em grupo com a participação de seis associados/dirigentes;¹ reunião ampliada na sede da associação, com a participação de 22 sócios, além de representantes do poder público e de instituições parceiras do projeto; visita a propriedades de associados para conhecer o processo produtivo apícola e sua integração com outros sistemas produtivos; visita às instalações físicas da Turimel; e entrevistas individuais semiestruturadas com dirigentes da associação.

O texto está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção dois apresenta uma breve revisão de literatura sobre os principais conceitos que permeiam as análises propostas. Na seção três é detalhado o modelo analítico utilizado para se chegar aos objetivos esperados, no qual é exposta uma sequência cognitiva de relações sociais que podem desencadear na geração de processos associativos de empreendimento econômico e sua imbricação com o contexto sociopolítico local. Na seção quatro são debatidos os resultados auferidos, sendo esses divididos em duas partes. Primeiramente, buscou-se

1. O trabalho de campo ocorreu entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 2012. Os participantes da entrevista em grupo foram: Vicente (presidente da Turimel), Doda (associado e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia do Paruá); Denise (associada e presidente da Coopmel); Brito (associado e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia do Paruá).

conhecer as principais características do território que compõem a região do Alto Turi e as circunstâncias particulares vividas pelos atores da região, levantando informações sobre sua trajetória histórica, sua formação social, relações de dominação, interesses de Estado, entre outros aspectos, dentro do contexto de colonização dirigida que caracterizou o processo de povoamento dessa região. Posteriormente, foi feito um esforço analítico para problematizar o contexto de surgimento das primeiras experiências de organização econômica cooperativa na região até o surgimento da Turimel, associação formada por agricultores familiares pobres. Nesse sentido, foram focados os principais fatos relevantes de seu desenvolvimento, sua relação com o território e o processo histórico de ocupação, as conexões internas e externas estabelecidas, as estratégias de viabilização econômica e garantia de sua autonomia, bem como os novos cenários de ameaça que surgem no contexto do capitalismo concorrencial. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, IDENTIDADES TERRITORIAIS E AÇÃO COLETIVA

A noção de identidade no campo das ciências sociais contemporâneas, embora apresente muitas conceituações, implica a análise da multiplicidade e diversidade das relações sociais e modos de autopercepção entre grupos distintos. Essa diversidade é marcada por contrastes que podem ser percebidos sob várias dimensões: religiosa, geográfica, econômica, cultural etc.

Castells (1996) apresentou um enfoque baseado na ação de grupos e movimentos sociais, definidos por ele como “sociedade em rede”, que resiste à lógica da individualização das identidades imposta pela rede global de riqueza. Ele definiu identidade como o processo de significado baseado em um conjunto de atributos culturais interconectados que se sobressai a outras fontes de significado. Essa pluralidade de vetores culturais não raramente pode implicar fonte de tensão para os indivíduos na medida em que uma forma de identificação se coloca em oposição a outras formas nas quais os indivíduos se reconheçam ao mesmo tempo.

A construção de uma identidade coletiva que possa refletir os significados, tanto para aqueles que se sentem partícipes daquele grupo específico quanto para a sociedade em geral, é um processo complexo, pois mesmo a visão sendo coletiva é feita por indivíduos

que possuem suas idiossincrasias, seus valores, seus medos, seus desejos particulares. Torna-se então importante a relação entre identidade e comunidade, já que é na comunidade que essa identidade será preservada, cultivada, perpetuada, enfim, construída. Assim, quando as pessoas se agrupam em comunidades por um longo tempo geram um sentimento de pertencimento e, em muitos casos, o que o autor chama de “identidade cultural comunal” (Peruzzo, 2003, p. 56).

Hall (1998) também ressaltou a noção de comunidade como o território das interações sociais e delineador das identidades. Essa definição é muito importante para o entendimento das dinâmicas sociais no meio rural e os processos de formação de identidades a partir de atividades produtivas tradicionais no território, podendo ser estudado em função de suas características explicitadas pelos grupos, pelos valores que levaram à constatação de existência de relações sociais e pelas crenças que permeiam o imaginário de seus membros. A construção dessas diferentes identidades entre as forças sociais que habitam determinado território leva a situações conflituosas e cooperativas, a depender do contexto histórico-político vivido, das intenções em jogo e da distribuição de poder em torno dos grupos.

Por conseguinte, entende-se que investigar os aspectos que determinam a formação de identidades é elemento fundamental para analisar a prática da ação coletiva. Com isso, tece-se uma ligação estreita entre os conceitos de identidade, territorialidade e ruralidade, que se coadunam fortemente na formação do universo da agricultura familiar no Brasil, envolvendo suas diferentes formações históricas, suas estratégias de reprodução, sua inserção nas cadeias produtivas e sua relação com os diferentes ambientes naturais no país.

O termo agricultura familiar começou a ganhar maior relevância no cenário acadêmico e sociopolítico brasileiro a partir do início dos anos 1990, sobretudo com os trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993). Atualmente, o termo designa uma variedade de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, por meio da atividade agrícola, a utilização dos recursos naturais, e que dispõe do emprego de mão de obra familiar, mas que também vivenciam diferentes relações de sociabilidade em meio às atividades produtivas.

Embora seja difícil definir em um conceito toda essa heterogeneidade de organização social no meio rural brasileiro, Dias (2006, p. 2) entendeu que a aceitação do conceito

de agricultura familiar deve-se ao fato de ele ter conseguido representar uma síntese, “um significado social capaz de agregar determinadas identidades difusas ou dispersas em torno de um termo mais geral”. Para o autor, os conceitos definem de forma sempre genérica os objetos ou fenômenos sociais, não correspondendo ao objeto tal como ele é na realidade. São criados a partir de abstrações baseadas na identificação de determinadas características comuns observadas em sua diversidade.

Os agricultores familiares se diferenciam de várias maneiras: nível de renda, forma de exploração dos recursos, tipos de atividade, entre outras, além de região e o bioma natural onde sua propriedade se insere. Ou seja, os ambientes econômico, físico, geográfico e cultural que circundam a propriedade familiar rural interferem diretamente na construção da identidade dos agricultores, bem como na atuação econômica destes com vistas a sua reprodução. Dessa forma, a agricultura familiar, abrangendo as diversas formas de campesinato existentes, consolida-se não apenas como um segmento econômico mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram.

Abramovay (2006) afirmou que a discussão no Brasil tomou rumos bem diferentes daqueles apontados pelo debate internacional. A valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano *intelectual*, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das *políticas públicas*, principalmente após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. No plano *social*, por último, Abramovay reforçou que a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar rural e, posteriormente, sua consolidação como seguimento importante para a economia social. Essa confluência de fatores econômicos, sociais e políticos abriu espaço para a constituição de várias organizações sociais representativas dos agricultores familiares.

Outro ponto importante em relação ao debate sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural, levantado por Buainain (2006), diz respeito à crescente preocupação com a questão ambiental, a qual o Brasil possui um papel de extrema importância.

A sustentabilidade dos recursos naturais é atualmente uma exigência obrigatória para qualquer plano de desenvolvimento, pois envolve temas como disponibilidade de água (em quantidade e qualidade), conservação dos solos, preservação da biodiversidade etc. Essa consciência ambiental trouxe à tona o debate sobre as relações entre o meio ambiente e o padrão atual de produção agrícola advinda da chamada Revolução Verde.

Essas discussões fizeram com que a agricultura familiar passasse a ganhar força dentro da dinâmica capitalista como conceito genérico, englobando distintas categorias, tais como a figura do camponês, do indígena, do quilombola, do assentado de reforma agrária, do colono, entre outras. Cada uma dessas categorias possui elementos de identidade próprios, que são construídos e baseados na sua formação histórica e na interação com outros agrupamentos sociais. Contudo, o processo de ocupação e interação social não ocorre de maneira deslocada do contexto espacial, ou seja, a formação de identidades sociais necessariamente prescinde de uma base territorial. E como esse imbricamento é inevitável, a formação de identidades está imersa em todo um processo de disputas (de poder, de propriedade) e conformações grupais sob os mais diversos interesses que encerram um determinado território. No caso da formação de identidades entre os diferentes grupos que compõem o segmento socioprodutivo da agricultura familiar, o cenário territorial e as várias dimensões que o compõem são, portanto, fundamentais para a análise.

Para Meija (2006, p. 31), a representação dos territórios é dada como resultado de forças de articulação social em espaços heterogêneos, sob os quais são instituídos os elementos de identidade territorial. Nesse sentido, o território não se constitui apenas sob uma base material ou física, ele também é composto de um “referencial de elaboração simbólica”. Guanzioli (2005) é outro autor a abordar o caráter imaterial que acompanha o termo território, no qual ressalta duas noções com base nessa concepção. A primeira é a de que território é também valor, poder, é o espaço de poder instituído. A segunda noção sobre território assimila a ideia de tê-lo como “espaço das identidades”. A noção de território como espaço das identidades também foi abordada por Santos e Silveira (2007, p. 14), quando afirmaram que o território “é o chão mais a identidade, [...] é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” .

Nos últimos anos, a adoção do território como categoria analítica nos diversos campos das ciências sociais passou a ser cada vez mais comum nos estudos sobre ruralidade

e desenvolvimento (Silva, 2012). Um dos resultados dessa inserção conceitual é a problematização da dicotomia clássica entre espaços urbanos e rurais (Souza, Silva e Silva, 2012).

Veiga (2001), por exemplo, defendeu a existência de uma relação contínua entre o rural e o urbano que não deve ser desconsiderada em uma estratégia de desenvolvimento regional. Para o autor, uma das situações concretas em que essa relação se manifesta é a existência de numerosas regiões intermediárias nas quais são extremamente heterogêneas as participações relativas de ecossistemas parcialmente alterados e ecossistemas dos mais artificializados, como são os casos das aglomerações, cidades, e mesmo certas vilas. Sobre esses tipos de “espaços de lugares”, sobrepõe-se cada vez mais a ideia de “espaços de fluxos”, sobretudo com a decorrência do processo de globalização, ressaltando ainda mais a ideia de interação entre distintos territórios. Sob essa ótica, os desempenhos econômicos e sociais das áreas rurais poderiam ser vistos como respostas locais à globalização.

Para Carneiro e Maluf (2003), outro enfoque importante que os estudos sobre o território propiciam é o da “multifuncionalidade da agricultura familiar”. Ela permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social, englobando também a geração de bens públicos. Dentre as principais dimensões ou “funções” sob as quais os agricultores familiares contribuem para o desenvolvimento local, os autores destacaram quatro em especial: *i*) a reprodução socioeconômica das famílias; *ii*) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; *iii*) a manutenção do tecido social e cultural; e *iv*) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A coletividade também é apontada como um elemento importante em uma abordagem territorial do desenvolvimento, sobretudo no sentido de estimular uma maior participação dos atores sociais nas tomadas de decisão e permitir uma distribuição social do produto de maneira mais igualitária. De acordo com Cazella (2008), embora o desenvolvimento territorial seja um processo endógeno, na medida em que as potencialidades locais são valorizadas e as solidariedades internas fortalecidas, ele depende da articulação de vários atores sociais e organizações externas por meio da formação de redes diversificadas nos âmbitos espacial e social.

Para a análise da coletividade, como elemento gerador de dinâmicas institucionais locais em torno de projetos de interesse comum, destaca-se como referência o trabalho de Elinor Ostrom. A autora entrou para a história por ser a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009. Para Ostrom (1990), a ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento. A consolidação de regras que reforçam comportamentos proativos e ampliam a confiança é considerada pela autora como o elemento central de explicação dos fenômenos de ação coletiva e gestão compartilhada de recursos comuns. Como resultado, a institucionalização das organizações coletivas na forma de associações, cooperativas e sindicatos, pode se tornar necessária para legitimar e consolidar normas sociais ou práticas locais de reciprocidade, tais como a ajuda mútua ou a gestão partilhada dos recursos comuns (Sabourin, 2001).

Em sua teoria, o nível local é considerado uma *arena de ação* na qual interagem os atores participantes e uma situação de ação, na tentativa de entender como eles são afetados por variáveis exógenas e produzem resultados que, por sua vez, afetam os participantes e a situação de ação. A arena de ação é vista no modelo de Ostrom como um conjunto de variáveis dependente de outros contextos variáveis, entre: *i*) a estrutura do sistema de recursos envolvidos (tamanho, complexidade, previsibilidade; *ii*) as regras usadas pelos participantes para ordenar suas relações; e *iii*) a estrutura geral da comunidade. Finalmente, a ação coletiva bem-sucedida, no entendimento da autora, deve se referir aos níveis de participação, provisão dos bens coletivos (por exemplo, escolha institucional, imposição organizada) ou resultados relativos à condução do recurso (Poteete, Ostrom e Janssen, 2011).

Com base em todos esses apontamentos, pode-se perceber o quão complexo é o debate que permeia a problemática das unidades familiares de produção agrícola e dos agricultores familiares, devido a diversas especificidades que assumem nos diferentes cenários do “mundo rural” brasileiro e diferentes estratégias de desenvolvimento. São muitas as dimensões atuantes e convergentes na formação de suas identidades que irão refletir diretamente na densidade das relações sociais entre os diversos atores que habitam o território. A partir dessas relações são constituídas organizações das mais variadas finalidades, interconexões econômicas com atores externos e pactuações entre poder público e segmentos da sociedade civil.

3 O MODELO ANALÍTICO

O desenvolvimento do capitalismo e suas relações sociais de produção tem como resultado uma alteração brusca na forma de produção e de vida do campesinato em geral, forçando seus integrantes a uma associação mais complexa com o mercado e com outros setores da economia. A renda auferida pelo trabalho em suas propriedades torna-se cada vez menos suficiente para assegurar as necessidades materiais de reprodução da família e a manutenção do processo produtivo. A tendência disto é uma elevação dos custos em virtude da necessidade de novos insumos externos, o que gera um constante cenário de incerteza econômica para essas famílias.

Na primeira metade do século XX, o russo Alexander Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. Para ele, a expansão do capitalismo na agricultura faz com que as propriedades familiares de produção passem a aumentar suas necessidades de incremento na produção para obter recursos e “estabelecer um novo patamar de relações com o referido processo, tendendo, todavia, a manter o caráter indivisível da unidade familiar”. Com isso, a forma de produção camponesa não poderia ser vista como um conjunto de processos isolados, pois “seu nível de necessidades é parcialmente determinado pelo tamanho da família e pelo nível de necessidades a satisfazer num determinado momento histórico”. Sua persistência ocorre então pelo fato de não possuir como objetivo principal o lucro, e sim a satisfação das necessidades como um todo da unidade familiar, tanto em termos produtivos como reprodutivos (Buchmann, 1992, p. 14-15). Pode-se dizer que Chayanov foi um dos primeiros autores a inserir na análise da viabilidade da agricultura familiar e camponesa outros fatores que não a taxa de retorno da atividade.

Buchmann (1992) partiu da obra de Chayanov para propor um modelo no qual considera que a pequena unidade familiar de produção rural tem maior possibilidade de reproduzir-se quando cria, diante do domínio das relações capitalistas de mercado, uma dinâmica organizacional que lhe proporciona um determinado grau de autonomia permitindo-lhe reformular e satisfazer um maior nível de necessidades de consumo. No entanto, alcançar esse grau de organização não é uma tarefa trivial, uma vez que a produção familiar agrícola convive com constantes conflitos com os complexos agroindustriais, que se orientam pela busca de atividades lucrativas e não possuem vínculos de identidade com os territórios onde atuam.

O autor definiu unidade familiar de produção como:

[...] a propriedade que possui a família como núcleo essencial, tanto no âmbito da produção como do consumo. Ela se organiza economicamente em torno da força de trabalho da família, onde o regime salarial só se pratica em forma ocasional (podendo contar eventualmente com mão de obra externa (contratada); o contrário também pode ocorrer, ou seja, parte da força de trabalho familiar pode ser utilizada em atividades econômicas fora de sua unidade). Podem ser [administradas por] proprietários, arrendatários, posseiros ou meeiros, que combinam a produção para o consumo e o comércio (alguns exclusivamente para o consumo, outros para o comércio) (Buchmann, 1992, p. 16).

Para fins analíticos, Buchmann (1992) classificou uma situação de conflito como sendo o processo de lutas e reivindicações em busca de melhores condições de trabalho e remuneração, isto é, de melhores condições econômicas, sociais e políticas para que a unidade familiar produtiva possa garantir sua reprodução social. Nesse sentido, os agricultores familiares precisam buscar alternativas que lhes permitam redefinir quase continuamente suas unidades familiares de produção, no intuito de manterem sua identidade rural. Buchmann (1992) afirmou então que a redefinição das unidades familiares produtivas ocorre em função de uma lógica organizacional que, originariamente, é determinada por uma situação conflitiva, mas que, por sua vez, propicia novas práticas de ação coletiva.

Como forma de superar os conflitos, sobretudo aqueles causados pela expansão capitalista no campo, a pequena unidade familiar de produção busca várias alternativas, na tentativa de subsistir como tal. Dentre essas alternativas, podem-se citar as cooperativas e associações de produtores, a integração de produtores às agroindústrias, os condomínios, entre outras formas de organização coletiva. Com isso, o modelo de Buchmann (1992) estabelece um roteiro analítico para a formação de grupos associativos de agricultores familiares, como mostrado a seguir.

- 1) A tentativa da superação de conflitos gerados pela expansão capitalista no meio rural é um dos pontos de partida principais para a formação de um grupo. Assim, o “conflito” está entremeadado por todo o processo, ou seja, desde o momento anterior ao surgimento de um embrião organizacional indo além da formação das associações. É a partir de uma situação de conflito que se desperta nos agricultores a necessidade de uma redefinição de suas estratégias de reprodução, caso almejem manter sua identidade camponesa.

- 2) A pequena unidade familiar de produção, para poder redefinir sua lógica, sua forma de produção e superar os conflitos, tende a buscar alternativas de organização. Isso acontece por meio da transição da sua forma individual de gestão da propriedade, para uma *forma organizacional coletiva*. Essa transição tende a ter maior êxito quanto maior for o capital social de seu território, ou seja, o grau de confiança interpessoal entre os atores.
- 3) A forma organizacional coletiva se constitui quando os produtores passam a formar um embrião organizacional (pequeno grupo de interesse) de onde emerge um “poder organizacional”. Esse poder surge sob a lógica da ação coletiva, com o agrupamento de pessoas que buscam atingir objetivos comuns, tornando possível o funcionamento das formas associativas de produção. Na linguagem mais recente da “nova sociologia econômica”, esse grupo pode ser denominado “atores estratégicos” ou “empreendedores institucionais”, e o seu sucesso será tanto maior quanto for a “habilidade social” desse grupo, ou seja, sua capacidade em influenciar os demais atores a agir cooperativamente.²
- 4) O poder organizacional, que surge para instrumentalizar os agricultores familiares nos conflitos gerados pela expansão capitalista na agricultura, possibilita uma maior *interação* entre os participantes, dada a relação interativa com amigos, vizinhos e parentes, isto é, um *circuito informativo* entre pessoas ligadas por grande coesão social. Essa interação é denominada “densidade interativa organizacional”, onde a *ação comunicativa* surge como entendimento para um processo cooperativo de interpretação. A participação das pessoas em organizações como cooperativas, sindicatos, associações de produtores, dentre outras, e também as relações dessas pessoas com entidades e instituições ligadas ao meio rural, pode ser um fator que proporcione o aumento da densidade interativa organizacional.
- 5) A partir dessa maior densidade interativa organizacional, surge também um processo de comunicação que leva os produtores a decidirem o que fazer ou qual estratégia usar, se associação ou outra forma de organização da produção. Tal processo de comunicação é denominado “representação coletiva”. É um

2. Por habilidade social (*social skills*), Fligstein (2007, p. 63) entende como sendo a capacidade dos atores em induzir os demais à cooperação, isto é, a “habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva”.

processo de comunicação inicial que leva as pessoas a decidirem o que fazer ou que estratégia usar para resolver os problemas comuns ao grupo, a partir da decisão tomada pelos produtores. Esse processo permite a imersão de um “novo discurso” entre os atores envolvidos, uma vez que consolida uma nova “identidade social” coletiva no território.

- 6) Aliado a todos esses fatores citados, observa-se a existência de um processo de “seleção social” no qual alguns produtores continuarão na organização evoluindo mediante uma lógica organizacional até chegar à associação; outros sairão do processo antes da sua concretização (processo de seleção/exclusão). A própria “densidade interativa organizacional” (família, vizinhos, amigos) entre os agricultores que participam ou querem participar de uma organização é também um fator seletivo. Nesse estágio são debatidas, inclusive, questões sobre tamanho do grupo, descentralização, autonomia e a necessidade de “incentivos seletivos”.
- 7) Por fim, a busca da superação conflitiva por parte da unidade familiar de produção, visando sua reprodução no campo, resulta na formalização das organizações associativas. Esse novo ator organizacional propicia o *reconhecimento institucional* e o *empoderamento sociopolítico* necessário para o planejamento e execução das estratégias que, em conjunto, irão permitir a redefinição da unidade familiar de produção, quais sejam: racionalização dos fatores de produção e dos recursos financeiros, fortalecimento do circuito informativo entre os produtores, defesa da paisagem natural e da identidade local, entre outros.

Vale enfatizar que essa sequência de processos não ocorre necessariamente de forma linear e contínua. Muitas etapas ocorrem simultaneamente, algumas demoram mais que o esperado, outras exigem um novo planejamento, entre diversas outras situações que podem ocorrer, inclusive a própria decisão de abortar o processo no meio de sua execução. Tudo isso depende de diversas variáveis que concernem ao contexto histórico da ação no cenário, o que inclui a correlação de forças entre os diferentes atores que se encontram em conflito. Na seção seguinte, busca-se entender como esses processos se desencadearam na criação da Turimel, no Alto Turi maranhense.

4 RESULTADOS

4.1 Características da região e início da colonização

A região do Alto Turi maranhense está localizada no leste do estado, próximo ao Pará. Todo o seu perímetro encontra-se na chamada Amazônia Maranhense, região de floresta influenciada pelo rio Turiaçu, que nasce na própria região, na Serra da Desordem, com alguma presença também do cerrado.³ Os municípios que a compõem atualmente são: Araguaianã, Governador Newton Bello, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca (mapa 1). A extensão territorial total do Alto Turi maranhense é de 8.185 quilômetros quadrados, com uma população de aproximadamente 120 mil habitantes, resultando em uma densidade demográfica pouco inferior a 15 habitantes por quilômetro quadrado.

Os municípios do Alto Turi apresentam também indicadores sociais muito preocupantes, com altos índices de pobreza e analfabetismo, embora tenham mostrado evolução positiva de acordo com os dados da última década, como se pode ver na tabela 1.

A economia de seu território se pauta fortemente em produtos agropecuários, com ênfase no extrativismo e beneficiamento madeireiro, agricultura de produtos alimentícios básicos e no incremento de pastagens destinadas à criação de gado de grande porte. Por outro lado, uma das características marcantes do território é o grande número de propriedades baseadas na agricultura familiar camponesa,⁴ que desenvolve uma série de sistemas produtivos.

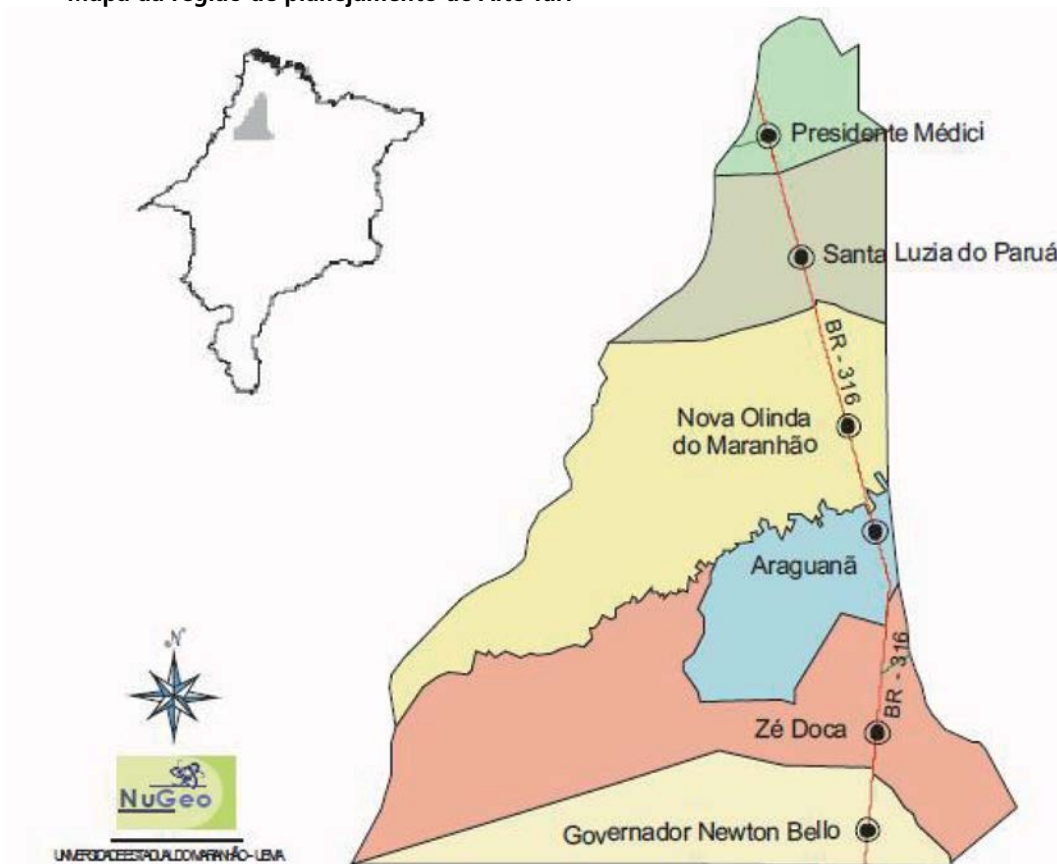
Sua realidade social pode ser explicada pelo desordenado processo de ocupação de suas terras, no âmbito do projeto de povoamento do Maranhão. De acordo com Manhães (1987, p. 176), esse projeto foi pensado inicialmente com a finalidade de ordenar e planejar a ocupação dos vales úmidos do Maranhão em vista de não ser “aconselhável” a colonização espontânea e auto-organizada pelas populações formadas por migrantes expulsos de outras regiões. Porém, a ampla disponibilidade de terras não foi impeditiva para uma série de conflitos desde os anos 1970, quando se iniciaram os diversos programas de colonização oficial.

3. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios do Alto Turi fazem parte da microrregião do Pindaré – uma referência ao rio Pindaré –, que contém dezoito municípios.

4. O território também possui áreas de reservas indígenas e biológicas, tais como: Reserva Indígena do Alto Turi, Reserva Indígena Awá, Reserva Indígena do Rio Pindaré, Reserva Indígena do Caru e Reserva Biológica do Gurupi.

MAPA 1

Mapa da região de planejamento do Alto Turi



Fonte: Instituto Maranhense de Estudo Econômicos e Cartográficos (IMESC, 2008).

TABELA 1

Varição dos indicadores sociodemográficos no Alto Turi

Indicadores	Brasil			Maranhão			Alto Turi		
	2000	2010	% Variação	2000	2010	% Variação	2000	2010	% Variação
Grau de urbanização (%)	81,3	84,4	3,81	59,5	63,1	6,05	51,0	55,7	9,22
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$ – 2010)	584,4	766,5	31,16	216,8	348,7	60,87	153,9	238,1	54,67
População em extrema pobreza (%)	14,5	9,4	-35,48	37,8	24,4	-35,49	41,9	28,2	-32,60
Índice de Gini (renda)	65,1	61,3	-5,92	66,1	63,1	-4,43	60,3	57,7	-4,29
Taxa de desemprego (%)	15,3	7,6	-49,95	11,8	8,7	-26,82	10,4	7,6	-26,28
Taxa de analfabetismo (%)	12,9	9,4	-27,09	27,1	20,5	-24,62	36,9	28,0	-23,96
População com 25 ou + com ensino médio completo (%)	24,7	35,9	45,40	18,8	26,4	40,59	9,8	15,9	62,57
Domicílios com energia elétrica (%)	93,5	98,6	5,46	78,7	96,1	22,05	75,2	95,1	26,43

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Conforme apontou Musumeci (1988), os tipos de colonização efetuadas no Maranhão foram os seguintes: *i)* colonização tradicional: formação de um campesinato a partir da crise da plantation maranhense no século XIX; *ii)* colonização dirigida: assentamento de lavradores por iniciativa estatal ou paraestatal; e *iii)* colonização espontânea: ocupação de terras devolutas sem direcionamento oficial, levada a efeito por pequenos produtores imigrantes. A colonização da área referente à região do Alto Turi foi um caso típico de colonização dirigida, com um controle centralizado do processo nas mãos do Estado. Ela estava inserida no contexto geral dos demais projetos de colonização no Brasil a partir dos anos 1950, que convergiam com o propósito de expansão capitalista no campo sem alterar as estruturas de poder consolidadas. Esse processo denominava-se na literatura *modernização conservadora*, por corresponder a um período em que houve penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional (Pires, 2008). Tal procedimento, da maneira como se deu, foi fundamental na determinação da identidade territorial do Alto Turi, pois delimitou, de forma arbitrária, não apenas as determinações para a ocupação da área mas também a organização social, econômica e política de seus municípios.

As terras que formavam o perímetro do Alto Turi faziam parte das chamadas “terras livres” do Maranhão, distribuídas em uma faixa contínua que abrangia o Médio Mearim, a região dos Cocais e a Pré-Amazônia Maranhense. A melhoria dos meios de transporte permitiu em um período relativamente curto que esse campesinato de fronteira estabelecido no Maranhão adquirisse um grau bastante alto de integração vertical com o mercado consumidor nacional. Por outro lado, a dinâmica dessa relação resultou em um novo tipo de contradição em nível da luta pela terra, opondo trabalhadores rurais na condição de posseiros de terras consideradas juridicamente devolutas, e os grupos sociais detentores de grandes recursos para investimento na pecuária na região.

Foi justamente nesse cenário de disputas e conflitos que surgiu o Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), cujo processo de colonização iniciou-se em 1964. Aos colonos integrados no PCAT seriam assegurados o acesso a terra, assistência técnica, crédito e canais de comercialização para a produção agropecuária, além de serviços básicos como educação e saúde. Porém, logo no início foram diagnosticados sérios problemas com casos de sabotagem e fraudes com vistas à apropriação ilegal das terras por fazendeiros que ali se estabeleciam.

A grilagem de terras, que ocorreu tanto em decorrência da expulsão imediata dos pequenos produtores ou por meio da instituição de uma cobrança de renda da terra, que por sinal se tornou prática comum no Alto Turi na década de 1960, foi um grande entrave para o processo de colonização da região, além de ser causadora constante de tensões. A concentração de terras decorrente da incorporação fraudulenta foi acompanhada diretamente pelo avanço da pecuária. Sobre os direitos de propriedade, as famílias possuíam o reconhecimento do direito de posse do lote registrado por meio de uma Carta de Anuência. No entanto, a questão da titulação definitiva das propriedades permanecia como um ponto de batalha política sem resolução, embora tenha sido recorrentemente objeto de promessas nos períodos eleitorais (Jatobá, 1978).

Em termos de estratégia de desenvolvimento e dinamização econômica, estava prevista como meta fundamental no âmbito do PCAT a formação da Cooperativa Mista do Alto Turi (Comalta), com apoio e financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A Comalta foi a primeira experiência de cooperativismo no território. Porém, a questão central é que, além de ter sido uma imposição de cima para baixo aos colonos, foi a relação de dependência e subordinação (financeira e administrativa) que toda sua diretoria tinha com relação à Companhia de Colonização do Nordeste (Colone), que controlava de fato as ações da cooperativa. Essa estratégia era parte da proposta inicial de colonização dirigida, em que as relações de propriedade, produção e intermediação com o mercado são diretamente determinadas pelo Estado, representado, no caso, pela Colone.

Os colonos criaram ao longo do tempo suas estratégias de resistência. No início dos anos 1980, houve uma mobilização na tentativa de tomar o controle da Comalta e mantê-la livre das imposições da Colone, procurando fortalecê-la por meio de novos projetos, fazendo reuniões nos núcleos e quadras do PCAT. Embora a Colone tenha conseguido manter o controle, essa mobilização social representou uma importante forma de exercício da cidadania para os colonos.

Todos esses campos simbólicos de disputa propiciaram aos colonos o fortalecimento dos laços de identidade entre eles e a consciência de seus direitos e suas reivindicações, chegando inclusive a se inserirem em uma disputa mais ampla por democracia, envolvendo-se na campanha das Diretas Já, em 1984. Grupos da igreja católica, como as Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram importantes catalisadores dessa energia social coletiva entre os agricultores familiares locais. A própria designação

de “colono” expressa um forte componente de identidade da população, caracterizando um povo que há muitos anos buscou um espaço para constituírem suas famílias, mas que tiveram e ainda têm que lutar muito para conquistar sua dignidade. Nesse caso, a identidade colono os une, pois expressa um conjunto comum de demandas, anseios, conhecimentos e normas compartilhadas que dão expressão dinâmica ao uso do território.

A insatisfação dos moradores locais com a burocracia, as denúncias de corrupção e a falta de assistência por parte da Colone levaram a novas mobilizações para que o controle do processo de regularização, colonização e desenvolvimento agrário da região ficasse a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Como resultado, em 1998, por meio do Decreto nº 2.646, a Colone foi extinta e parte de suas terras foi repassada para o Incra, em junho de 2005.

Mesmo com essa mudança institucional no comando do processo de estruturação dos assentamentos na região, pouca coisa de fato ocorreu. Segundo os agricultores locais, o problema da não titulação das terras permanece, o mesmo ocorrendo com a falta de investimento em infraestrutura e de assistência técnica para o desenvolvimento produtivo das propriedades.

Como não poderia ser diferente, todas essas experiências de mobilização social constituíram o processo histórico de aprendizagem coletiva dos colonos do Alto Turi. Elas propiciaram e fortaleceram uma poderosa identidade coletiva entre os colonos locais em suas lutas tanto pelo direito à posse e ao uso da terra quanto para a viabilização econômica de suas unidades familiares de produção. Também foram fundamentais na constituição das bases que, posteriormente, possibilitaram o envolvimento dos agricultores familiares em um projeto coletivo, baseado na apicultura, que mudaria a realidade socioeconômica de seu território. Esse projeto coletivo resultou na constituição da Turimel, por meio dos próprios colonos, como relata a subseção seguinte.

4.2 A fundação da Turimel e a organização associativa da cadeia apícola no território

Com base na discussão do tópico anterior, pode-se notar que a formação da identidade territorial do Alto Turi ocorreu sob diversas formas de conflito, em que a propriedade e o uso da terra estavam sempre no centro. O fato de os colonos não conseguirem a posse

definitiva das terras onde moravam e produziam aumentou o estado de fragilidade em que eles se encontravam, uma vez que era praticamente nula a chance de conseguirem crédito, limitando as possibilidades de desenvolvimento das atividades em suas unidades familiares de produção. Aliado a isso, a baixa fertilidade do solo dificultava uma diversificação produtiva maior nas propriedades e, conseqüentemente, a capacidade de geração de bens de troca por parte das famílias, como demonstrado nos relatos “A nossa terra é infértil, arenosa, a produtividade das culturas rurais é baixa por aqui” (Doda). “Os primeiros colonos plantavam basicamente arroz, feijão, milho e mandioca. O processo era roça e queimada, só isso” (Brito).

Essas dificuldades iniciais fizeram com que uma parte considerável dos primeiros colonos desistisse de levar adiante a atividade agrícola em suas propriedades, induzindo a vender ou arrendá-las aos fazendeiros mais capitalizados que aos poucos iam ampliando suas posses para a produção de gado. A introdução da pecuária extensiva aumentou ainda mais as relações de conflito na região, seja em termos de disputas por terras seja pelos problemas advindos das queimadas para a formação de pasto para o gado. Segundo os apicultores entrevistados, os primeiros colonos começaram a vender seus lotes na década de 1980 para os fazendeiros de gado.

Como a atividade extensiva da pecuária não se caracteriza como uma atividade típica da agricultura familiar, devido a sua exigência de maiores extensões de terras para a formação de pastagens, os agricultores familiares da região precisavam encontrar outras atividades que lhes garantissem a renda necessária para sua reprodução social. Foi com base nessa necessidade que a apicultura surgiu como a cultura produtiva alternativa na região, dada a existência de grande quantidade de abelhas no local e florada silvestre quase o ano todo:⁵ “A região aqui é pobre, tem muitas dificuldades, mas com a apicultura as famílias agricultoras conseguem tirar uma renda de suas propriedades e de seu trabalho que permite a elas uma vida mais digna, sem ter que deixar o campo pra ter uma vida ainda mais miserável na cidade” (Vicente).

A apicultura chegou a ser difundida nos municípios do Alto Turi já em meados dos anos 1980, sobretudo por intermédio do BNB, que já possuía *expertise* no financiamento dessa atividade em algumas regiões do Piauí. Até então, a atividade era basicamente predatória,

5. Entre as principais espécies que compõem a flora apícola da região estão: vassoura de botão, bamburral, hortelã, chanana, assa-peixe, chumbinho, malícia, cipó de fogo, cabelo de cutia (nomes populares).

sem o cuidado com um manejo adequado para sua sustentabilidade. Por volta de 1985, segundo relato das entrevistas, foi constituída a Cooperativa Mista dos Produtores Agrícolas do Turiaçu (Compatur), com o objetivo de dar maior escala às produções agrícolas locais, entre elas a produção de mel e derivados. Essa foi a segunda experiência em termos de cooperativismo na região, sendo a primeira realizada por imposição da Colone, que resultou no fracasso da Comalta, conforme visto anteriormente.

A Compatur foi constituída a partir de um grupo fechado de agricultores, alguns dos quais já tinham acesso ao crédito bancário do BNB. Sua existência também não logrou muito êxito, sendo extinta cerca de dois anos depois. O depoimento que se segue é do presidente da Turimel e expõe um resumo sobre as principais dificuldades que desencadearam o fracasso da experiência da Compatur.

Os associados da Compatur eram agricultores de baixo nível de escolaridade, pais de família com média de 45 anos de idade, muita disposição física e pouco conhecimento técnico, e da burocracia legal do cooperativismo, pouco conhecimento, empresarial, mercadológico e de beneficiamento da produção para agregação de valor a sua produção. A Compatur funcionou em torno de 16 anos. Os principais problemas foram a falta de conhecimento técnico para a produção e beneficiamento, falta de experiência administrativa e gerencial, defasagem de recurso para a implantação do projeto apícola, falha no bojo do projeto deixando a desejar pontos importantes como: logística, assistência técnica e equipamentos essenciais e principalmente capital de giro. No quadro social da Turimel temos o Sr. Antonio Lídio Simão Sousa que fazia parte da Compatur (Vicente).

O problema maior foi que muitos agricultores saíram com grandes dívidas, uma vez que o BNB individualizou a dívida total da cooperativa para cada um dos cooperados. Outro resultado negativo desse fracasso se deu no imaginário coletivo da região, em que o tema do cooperativismo passou a ser visto com cada vez mais ressalvas pelos agricultores locais, acarretando um obstáculo cultural à formação de novas atividades associativas entre eles no campo da produção e comercialização. Essas questões culturais que se formam a partir de experiências malsucedidas de cooperativismo entre agricultores camponeses também foram ressaltadas por Sabourin (2001, p. 6), ao dizer que tais experiências são “associadas a interesses políticos ou clientelistas, a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, cujo controle sempre escapou aos pequenos produtores”.

Paralelamente a esses fatos, permanecia a luta dos colonos pela regularização de seus direitos de propriedade nas terras em que ocupavam há mais de duas décadas. Os

colonos já se organizavam em sindicatos de trabalhadores rurais em seus municípios.⁶ Eles contavam com o apoio da CPT, que tinha nessa época uma forte influência sobre os pequenos produtores agrícolas em todas as regiões do Brasil, seja no assessoramento técnico-jurídico nas lutas pelo direito a terra e direitos sociais básicos, na formação de sindicatos, e também na organização de pequenos projetos comunitários para a geração de renda e combate à pobreza rural.⁷

A situação de insegurança jurídica por parte dos colonos quanto à posse de suas terras aumentava o clima de conflituosidade na região. A pecuária extensiva continuava como um símbolo desse conflito pois, para conseguir maiores extensões para a criação de gado, os fazendeiros precisavam incorporar as terras, que inicialmente deveriam ser distribuídas para as famílias de colonos e o povoamento da região, utilizando-se de diversos artifícios, como visto no tópico anterior. Além disso, a atividade pecuária estava muito ligada à prática da queimada, que destruía a paisagem natural das florestas pré-amazônicas, grande patrimônio da região. Como resultado dessa situação, em 1989 os agricultores familiares se organizaram em um movimento contra a expansão da pecuária, que se dava principalmente por meio da grilagem de terras públicas. No cerne desse movimento, havia entre eles o reconhecimento da importância de unirem-se em busca de soluções para enfrentar o problema da pobreza e da concentração fundiária que era comum a todos. O desafio que se despontava era o de encontrar alternativas de geração de renda suficiente para evitar que os colonos deixassem suas terras ou que continuassem com culturas agrícolas à base de queimadas, que ameaçavam destruir o patrimônio natural da região (Sebrae, 2006).

Foi nesse contexto que surgiu um novo impulso para a atividade apícola na região. A ideia partiu de um grupo inicial formado por cinco pessoas: um padre e quatro agricultores locais que pertenciam à CPT, na Diocese de Santa Luzia do Paruá, município a oeste do Maranhão, a 391 quilômetros de São Luís. Pelo seu pioneirismo na difusão da apicultura entre os colonos de Santa Luzia do Paruá e nos municípios vizinhos, esse grupo é conhecido atualmente como Grupo Alvisareiro. A CPT já exercia um papel

6. No caso geral do Maranhão, o processo de *sindicalização rural* ganhou espaço na década de 1960, impulsionado pela campanha de sindicalização lançada pela União de Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (Almeida, 2008).

7. Para entender o surgimento da CPT, é preciso considerar o momento de renovação pelo qual a Igreja Católica Latinoamericana passava no período, impulsionado principalmente pela Teologia da libertação, a partir da Conferência de Medellín em 1968 (Almeida, 2008, p. 44).

importante na organização dos agricultores familiares em seus conflitos locais, e como seus integrantes no Alto Turi já haviam tido conhecimento da atuação da CPT no apoio à apicultura em outras regiões, decidiram então, em 1993, fomentar essa atividade entre os colonos. Com isso, pela importância na consolidação da apicultura na região, pode-se considerar o Grupo Alvissareiro, com a CPT e o sindicato.

Para o início das atividades, o grupo contou com recursos da cota diocesana e também de doações de organizações não governamentais (ONGs) internacionais à CPT, que adquiriu “50 caixas para as colmeias, uma centrífuga, uma mesa desoperculadora pequena e um cilindro de alveolar cera, com um custo em torno de R\$ 2.500,00” (Vicente). Como eles não contavam com um local mais apropriado, foi utilizado o quintal da casa paroquial como oficina para a confecção própria das colmeias e também para a extração do mel. As famílias que iam se integrando recebiam as colmeias gratuitamente, com o dever de retribuir o investimento com 50% da produção de mel, de forma que a atividade ia se refinanciando, com o trabalho na oficina sendo organizado em parceria.

A disseminação dessa nova atividade e o conhecimento técnico necessário para sua operacionalização ocorreram, de início, com base nas relações sociais de vizinhança que já aconteciam no próprio ambiente da paróquia de Santa Luzia do Paruá. O espaço paroquial consistia então em um *locus* privilegiado para ação coletiva entre os agricultores, pois a mobilização decorrente das atividades religiosas possibilitava uma proximidade maior e sentido de comunidade entre os colonos, propiciando a formação de um circuito informativo entre eles.

No primeiro ano os resultados foram pouco significativos. A produção ficou em torno de 63 quilos de mel, muito pouco para a geração de uma renda considerável para as famílias envolvidas. Embora esse resultado já fosse esperado pelo próprio Grupo Alvissareiro, as dificuldades existentes e a falta de apoio geravam uma desconfiança maior entre os colonos quanto à possibilidade de aumentar a produção de forma a viabilizar a apicultura entre eles, o que se configurava em um entrave a mais para o trabalho do grupo. Além disso, existia também a resistência de parte significativa dos colonos que, por desconhecimento, temiam que a apicultura poderia trazer outros problemas para as demais atividades agrícolas em suas propriedades, como se observa neste relato “No início todos diziam que nós éramos doidos por iniciar essa atividade. Tinha uma mentalidade geral que a atividade da abelha ‘chupava’ a produção e diminuía a produtividade das

outras culturas, mas quando eles viram que era o contrário, aí então eles começaram a aderir” (Vicente).

Em que pese esse conjunto de dificuldades, o grupo inicial manteve-se firme na sua proposta. Por intermédio da CPT, os colonos conseguiram estabelecer contatos com apicultores de outros estados para intercâmbio e troca de experiências. Para viabilizar a comercialização do mel produzido, a Diocese de Santa Luzia do Paruá comprava a produção inicial dos colonos e dividia o mel adquirido entre as paróquias, para que elas revendessem em pequenas quantidades nas festividades e eventos que cada uma organizava; ou então o faziam de forma direta para os consumidores, seja nas próprias paróquias ou em feiras livres municipais.

Tendo em vista que a apicultura ia se tornando mais popular entre os colonos, o grupo partiu para um segundo estágio do projeto, que consistia na organização das famílias envolvidas por meio do associativismo, como forma de criar uma nova institucionalidade que as auxiliasse na busca por melhores condições para o desenvolvimento da atividade apícola. Com isso, foi constituída no dia 2 de fevereiro de 1998 a Turimel, contando inicialmente com 22 associados. Seu intuito era dotar os agricultores familiares de um instrumento capaz de mobilizar recursos (financeiros, institucionais e sociais) para melhorar a organização da produção, buscar novos mercados para comercialização dos produtos, e fortalecer a união dos apicultores.⁸ Além de Santa Luzia do Paruá, foram envolvidas também as comunidades de Pedro do Rosário, Café da Mata, Maranhãozinho e Junco do Maranhão.

A vontade de se criar uma associação já rondava a mente dos integrantes do Grupo Alvissareiro, pois eles compartilhavam da ideia de que a organização associativa seria de fundamental importância no fortalecimento da ação coletiva dos colonos, como demonstra esse relato colhido em entrevista: “As associações existem para canalizar a vontade coletiva e fortalecer os grupos sociais” (Vicente). Com isso, o processo vivido pelos apicultores encontra paralelo nas pesquisas de campo de Elinor Ostrom, ao sugerirem que a institucionalização do grupo é um instrumento de consolidação e fortalecimento

8. Em documento elaborado em 2009 para apresentação no II Salão Nacional da Agricultura Familiar, a origem da Turimel é explicada da seguinte maneira: “(...) nascida para combater o êxodo rural e criar alternativas para geração de renda e preservação ambiental, a apicultura brota do desejo de um grupo de pessoas, que perceberam a possibilidade de transformar terras inférteis para o cultivo de grãos em território de geração de riquezas usando a apicultura como mecanismo de agregação de valor ao trabalho do agricultor familiar”.

de práticas de reciprocidade e normas sociais compartilhadas para a ação coletiva em um dado contexto social e territorial.

Com o passar do tempo, os colonos foram cada vez mais adquirindo conhecimento técnico concernente à atividade apícola; esse conhecimento era socializado entre eles por meio das relações de proximidade que possuíam.

Nós íamos aprendendo no dia a dia mesmo, na lida. A gente se visitava uns aos outros, uns faziam curso fora, então a gente ia conversando, trocando informações de como cuidar das abelhas, melhorar a produção e tudo, enquanto cuidava das outras obrigações na roça, sempre com muita união e com a ajuda da família (Doda).

Essas relações que foram se fortalecendo em torno da apicultura favoreceram a popularização da atividade entre os agricultores da região. A título de ilustração, em 2002 a Turimel já contava com 33 associados efetivos e cerca quatrocentos parceiros (Sebrae, 2006). À medida que se expandia a atividade apícola entre os colonos, aliada aos conhecimentos que eles iam adquirindo, começava a se disseminar em todo o território uma nova mentalidade quanto à relação entre os colonos e a paisagem natural que, no caso do Alto Turi, era o principal fator de vantagem competitiva para a viabilidade da apicultura. Ou seja, a valorização da floresta e das matas nativas deixou de ser apenas um imperativo ambiental, passando a ser também econômico e social, e foi ganhando importância maior quanto mais agricultores começavam a se empreender na atividade. Os apicultores entrevistados ressaltaram essa importância que a consolidação da atividade apícola teve na recuperação e preservação da paisagem natural pré-amazônica da região, ao pontuarem como fator ilustrativo o fim da prática de queimadas entre os agricultores, inclusive aqueles que não exercem a apicultura.

Se não fosse a apicultura na região hoje aqui seria só pecuária (Denise).

Antes tinha muita queimada. Com a apicultura, aumentou a preocupação de todo mundo com os cuidados com o meio ambiente (Brito).

As queimadas foram erradicadas nas roças daqui. Os próprios agricultores fazem o controle, porque sabem que é ruim pra todo mundo (Denise).

Tá vendo essa mata aqui [aponta para a mata no fundo da propriedade]? Se você tivesse vindo uns dez anos atrás não veria nada disso, era tudo queimada, eu era um que fazia queimadas, hoje tá tudo diferente, foi por causa da apicultura que gerou essa consciência nas pessoas daqui (Vicente).

Esse avanço da atividade possibilitou à Turimel adquirir, em 1999, um terreno próprio em Santa Luzia do Paruá, e lá foi instalado um galpão para a construção de colmeias, desativando assim a antiga marcenaria no fundo da igreja. Após a construção, a associação conseguiu adquirir outro terreno nos fundos da própria oficina para o estabelecimento de sua sede em 2000. Os recursos para isso foram conseguidos via CPT, por intermédio de um convênio com a Manitese, uma ONG italiana ligada à igreja católica.

Em 2002, ocorreu a primeira operação comercial conjunta da Turimel para uma empresa privada, a Apimazón, do Pará. O contato inicial foi feito em uma feira de São Luís com um empresário de uma companhia de fracionamento de mel, incubada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que já comprava mel de associações no Piauí. A primeira venda foi de 220 quilos de mel, nesse mesmo ano, como forma de experiência. No ano seguinte, o montante negociado chegou a dez toneladas, e a compra passou a ser anual, até 2005. Segundo a presidente de uma cooperativa associada à Turimel, essa venda “deu um novo ânimo para os produtores. Tivemos que juntar o mel de todo mundo que produzia pra completar o pedido, mas conseguimos!” (Denise).

Para auxiliar no assessoramento técnico nas diversas etapas da cadeia produtiva (produção, beneficiamento e comercialização dos produtos), a Turimel buscou estabelecer parcerias estratégicas com outras organizações, uma vez que, segundo seu presidente, não contavam com qualquer apoio governamental até então, seja no âmbito estadual ou municipal. Foi então que, em 2002, conseguiram uma aproximação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); este já desenvolvia um trabalho de reconhecida importância junto aos apicultores do sertão do Piauí. Essa relação se fortaleceu ao longo dos anos, a ponto de, atualmente, a Turimel ser considerada um dos “casos de sucesso” da entidade (Sebrae, 2006).

Outro fator que permitiu um grande impulso para a consolidação da apicultura na região foi o aumento do preço do mel no mercado, tornando-se bastante atrativo para os apicultores e exportadores. Esse fato, influenciado pela maior demanda internacional pelo produto, sobretudo por parte da proibição da comercialização do mel produzido na China devido à contaminação por antibióticos, acarretou um aumento substancial

da procura pelo artigo na região por outras empresas.⁹ Conseqüentemente, um número cada vez maior passou a ter interesse na atividade entre os agricultores que ainda não haviam se inserido nela. Como a Turimel era a principal referência, aumentou bastante o número de famílias que direta ou indiretamente se ligaram à associação. A tabela 2 demonstra esse aumento, tanto em termos do número de apicultores envolvidos quanto de infraestrutura e também de produção bruta.

TABELA 2
Indicadores da apicultura no Alto Turi

Indicadores	1993	1998	2003
Número de apicultores	5	33	433
Número de colmeias	5	660	1.270
Número de associações	0	1	1
Casas de mel	0	1	7
Produção (t)	0,63	120	214

Fonte: Sebrae (2006).

Os resultados positivos auferidos pela atuação da Turimel na região do Alto Turi derivam do próprio trabalho organizado dos colonos que foram se agrupando ao longo do processo ao Grupo Alvissareiro. Toda a mobilização e difusão da ideia inicial se deram a partir das próprias organizações criadas e mantidas por eles mesmos, como os grupos ligados à igreja e aos sindicatos de trabalhadores rurais, sem nenhum apoio adicional mais substantivo nos primeiros anos, seja governamental ou privado. Isto significa que todas as conquistas iniciais derivaram da “habilidade social” (Fligstein, 2007) dos atores sociais envolvidos desde o início do processo.

A associação possui atualmente uma pequena fábrica situada na área de sua própria sede com capacidade de produção de 8 mil unidades mensais de colmeias. Pelos relatos dos próprios apicultores, a maioria dos produtores do Alto Turi trabalha com um número de colmeias superior a trinta, chegando a uma média em torno de cem colmeias por produtor. A produção média chega a 40 quilos por colmeia, superando a casa de 1 mil

9. “O período de melhor preço que o mel já alcançou foi no ano de 2006 quando a China foi proibida de comercializar seu mel por contaminação com antibióticos, quando seu valor chegou a R\$ 6,00 o quilo, nesta safra de 2012 o mel chegou a R\$ 5,50 por conta de problemas climáticos no Brasil, chegando a afetar a produção em todo país, diminuição em 70% da produção. Em 2006 a Turimel estava em fase de estruturação, foi muito bom para sua autoafirmação, período em que muitas pessoas vendiam gado para investir em apicultura, no entanto os anos seguintes quando a China se regularizou no mercado mundial, o mel caiu de valor baixando para R\$ 2,20, o que influenciou negativamente desmotivando os recentes investidores” (Vicente).

quilo de mel por ano por unidade familiar de produção. A receita monetária bruta varia com o preço de mercado do mel, mas os produtores afirmam ser a principal atividade em termos de ganhos monetários na região no campo da agricultura familiar na atualidade. Como relatou um dos dirigentes da associação:

A apicultura na Região do Alto Turi e no estado do Maranhão contribuiu para combater a pobreza através da geração de renda, ajudou ainda no combate às queimadas descontroladas e criminosas que afetava nossa região, particularmente ajudou na melhoria da qualidade de vida dos apicultores e suas famílias. Sobre a renda média não temos dados precisos, mas podemos avaliar entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00 por mês (Brito).

Outros fatos contribuíram para a abertura de novos mercados para os produtos apícolas do Alto Turi. Um deles foi a criação da Festa do Mel em Santa Rita do Paruá. Essa festa começou a ser celebrada em 2002 como uma confraternização entre os próprios associados e suas famílias. Porém, como a atividade foi ganhando maior publicidade no município (passou inclusive a ser conhecida como a “capital maranhense do mel”), a festa ganhou outro caráter, sendo organizada em 2004 pelos apicultores com o Sebrae. Embora a Festa do Mel auxilie na promoção do mel e seus derivados, além de possibilitar o intercâmbio entre os produtores e fornecer cursos e rodadas de comercialização, atualmente ela é dominada pelas empresas que atuam na região; desta forma, “os pequenos produtores não enxergam mais a festa como sendo deles” (Vicente).

Ainda que o mel seja seu principal produto, a cadeia produtiva da apicultura fornece uma grande quantidade de derivados que podem ser aproveitados de acordo com a gestão da propriedade ou empreendimento responsável; são eles o própolis, a cera, a geleia real, entre outros. É bom deixar claro também que a apicultura não é a única atividade entre os colonos do Alto Turi. Ela é uma das atividades que compõe o sistema produtivo da unidade familiar de produção, com outras culturas agrícolas de subsistência (frutas, hortaliças, feijão, mandioca etc.), produção de leite, suínos, aves, entre outras. Cada unidade se organiza e planeja a diversificação de sua produção em função da força de trabalho disponível e dos recursos financeiros que consegue mobilizar (próprios ou de terceiros).

Durante a fase da coleta e extração do mel, os colonos precisam contar com força de trabalho externa. A coleta é realizada com intervalos de tempo que variam entre oito e vinte dias, dependendo do estágio em que se encontra o enxame no planejamento

produtivo da unidade. Nessa etapa do processo produtivo, os colonos associados utilizam a estratégia solidária da “troca de dias”,¹⁰ ou seja, durante alguns dias uma ou mais pessoas (ou famílias) auxiliam outra família na colheita de mel em sua propriedade. Essa família, por sua vez, retribui esse trabalho da mesma forma, já que é uma demanda comum a todos. Tal prática pode ser caracterizada como uma forma de “reciprocidade balanceada”, que consiste na permuta simultânea de elementos de igual valor (Putman, 1996). Além de contribuir para uma redução significativa dos custos de produção, a troca de dias ainda favorece a dinâmica do circuito informativo e o espírito associativo entre os colonos, fortalecendo a densidade interativa organizacional no território.

Em 2004, a Turimel obteve o Selo de Inspeção Federal, (SIF)¹¹ que permitiu à associação a comercialização do produto processado em suas instalações para outros estados do Brasil. Já em 2005, setenta apicultores passaram a produzir mel orgânico, certificado pelo Instituto de Biodinâmica (IBD), cujo valor de mercado era superior ao mel tradicional. Aliás, segundo os próprios associados, a produção de mel em si é naturalmente orgânica. No entanto, a pulverização de agrotóxicos nas fazendas vizinhas pode descaracterizar essa qualidade do produto.

Está sendo utilizada, em algumas fazendas a pulverização de veneno através de avião, para a limpeza de pastagens. Foram feitos exames em cadáveres de abelhas encontradas mortas no campo após estas pulverizações e apresentou resíduo de veneno. Fora esta situação, todo o restante da produção é orgânica (Vicente).

Vale destacar também o papel das mulheres, que no início se encarregavam da fase da colheita, mas que aos poucos foram se inserindo em diversas etapas do processo produtivo, além de assumir funções de direção nos empreendimentos. O relato a seguir atesta essa participação:

O trabalho com apicultura permite o envolvimento de toda a família, enfatizamos a participação das nossas companheiras como grandes colaboradoras no aspecto associativo, e na manipulação

10. Corresponde a uma ação consciente e voluntária de trabalhadores em colaborar com o trabalho de uma família, em etapas do trabalho familiar que exigem força de trabalho adicional. Diferentemente do mutirão, na troca de dias contam-se os dias trabalhados que serão posteriormente retribuídos pela família receptora, seja de forma direta ou então pelo pagamento de diarista.

11. Selo de qualidade emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para demonstrar que o produto está de acordo com as condições de higiene e sanitárias, garantindo que o produto é seguro para consumo alimentar.

em trabalhos de extração do mel, suas habilidades com a manipulação de alimento nos ajuda no melhor aperfeiçoamento das boas práticas de fabricação, na animação dos eventos coletivos e mutirões de trabalho (Brito).

As informações coletadas permitem dizer que a atuação da Turimel possibilitou uma redefinição de modo a viabilizar a unidade familiar de produção agrícola no território. Como resultado, conseguiu-se estancar o processo de êxodo rural e venda dos lotes pelos colonos antigos e novos. Além disso, muitos colonos que não tinham outra opção a não ser se aventurar nos garimpos de regiões próximas, se sujeitando a condições altamente degradantes de trabalho, sem nenhum amparo da legislação trabalhista, puderam retornar para trabalhar em suas propriedades.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o novo cenário possibilitou a consolidação da apicultura na região, com progressiva melhoria das condições de vida das famílias envolvidas, também trouxe novos desafios para o trabalho associativo dos apicultores. O primeiro deles está diretamente ligado ao aumento substancial em um curto intervalo de tempo em relação ao interesse de outros apicultores em se associarem à Turimel, mesmo que de forma indireta. O grupo havia crescido e a associação viu seu quadro social se expandir consideravelmente. Como a ideia inicial não era criar um grupo seletivo que se apropriasse das possibilidades econômicas que a apicultura poderia trazer para a região, e sim abrir as portas para o máximo possível de colonos que acreditassem e desejassem se empenhar nessa atividade, tal situação demandava uma nova estratégia de gestão. Em razão de o simples aumento do número de associados ter se mostrado inviável, devido a todos os problemas de gestão que um grupo grande de pessoas acarreta, foi então que o grupo dirigente, à época, decidiu pela descentralização da associação em vários grupos autônomos e autogestionários, cada um em sua comunidade ou município, no intuito de, segundo seu presidente, “ficar mais perto da base, não perder o caráter comunitário que trazemos desde o início” (Vicente). A opinião geral é que essa decisão foi positiva, pois suavizou despesas e garantiu a autonomia de organização local dos grupos para criarem estruturas próprias de extração, beneficiamento e comercialização de sua produção.

A Turimel passou a ser então uma central que auxiliava na constituição das outras associações, tanto nos processos formativos quanto nos burocráticos (ata de constituição, estatuto, regimento interno etc.). Atualmente são nove entidades ligadas a ela, conforme apresentado na tabela 3.

TABELA 3
Entidades associativas ligadas à Turimel

Entidade	Município	Fundação	Sócios ¹
Associação de Apicultores do Centro Novo do Maranhão (AACN)	Centro Novo do Maranhão	2010	16
Associação de Mulheres dos Povoados Centro do Chicão e Circunvizinhos (Agricomel)	Santa Luzia do Paruá	2005	29
Cooperativa dos apicultores de Nova Olinda do Maranhão (Coopmel)	Nova Olinda do Maranhão	2004	21
Associação dos apicultores de Maracaçumé (Maracaçumel)	Maracaçumé	2004	21
Associação dos apicultores de Junco do Maranhão	Junco do Maranhão	2004	70
Associação dos apicultores de Maranhãozinho	Maranhãozinho	2004	32
Associação de apicultores de Boa Vista do Gurupi	Boa Vista do Gurupi	2004	28
Associação Frutamel	Governador Nunes Freire	2004	36
Associação dos Apicultores de Presidente Médici	Presidente Médici	2004	22

Fonte: Documentos e relatos de entrevista.

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Número de sócios fundadores.

O segundo grande desafio é resultante da competição no interior da própria cadeia produtiva da apicultura. Esse desafio específico pode ser ilustrado em dois casos intimamente ligados. O primeiro caso é que, por volta de 2004, surgiram na região algumas empresas produtoras e exportadoras de mel que pagavam aos apicultores R\$ 0,20 a mais que o pago pela Turimel por quilo de mel comercializado. Esse processo de aliciamento dos produtores é popularmente chamado pelos associados de “pilhagem”. Ao negociarem diretamente com os produtores, passando por fora das negociações coletivas da associação, as empresas buscam fidelizar esses produtores de forma a terem garantido o volume de produção necessário para maximizar seus ganhos enquanto o preço do mel estiver atrativo.

Outro caso citado pelos entrevistados refere-se à atuação das empresas que praticam a chamada “apicultura de migração”, ou seja, possuem seus enxames próprios e sua estrutura de produção e transporte, e saem migrando para regiões diferentes, de acordo com o período de safra apícola em cada uma delas, para explorar as floradas locais. Na região do Alto Turi, essas empresas alugam o “pasto apícola” de grandes e médias propriedades que não exploram a apicultura, instalam suas colmeias para disputar as floradas com os enxames locais.

Em 2005 começaram a chegar as primeiras empresas exportadoras. Não houve tantos conflitos nos primeiros momentos, as relações eram boas. A mudança de estratégia é que antes as empresas construíam parceria, ficando a Turimel como compradora de mel dos produtores. Hoje a procura é como aluguel ou arrendamento o que descaracteriza nossa prática associativa (Vicente).

Essas empresas vêm de locais onde os períodos de safras são diferentes. Vêm com seus enxames que disputam as floradas com os enxames locais (Denise).

Essa prática é bastante prejudicial à sustentabilidade da apicultura para os agricultores familiares do Alto Turi, uma vez que não respeitam os limites ótimos para a colocação das colmeias, de forma a aproveitar melhor a florada sem comprometer a produtividade, que de acordo com os associados seria de um raio de 1.500 metros para a atuação de cada enxame. Como essas empresas não são do Maranhão, o mel que eles coletam ou compram dos outros apicultores na região do Alto Turi são beneficiados e comercializados como sendo produto dos estados dessas empresas, principalmente Ceará e Piauí. Segundo os apicultores locais, o mel torna-se “sem identidade, sai do Maranhão como se não fosse daqui” (Vicente). Isso faz com que as estatísticas de produção de mel do Maranhão sejam subestimadas.

Portanto, os empresários do ramo apícola de outros estados começaram a atuar de forma mais contundente na região do Alto Turi, após verem que todo o investimento de estruturação inicial que permitisse uma exploração lucrativa da atividade já havia sido realizado. Por conseguinte, eles atuam justamente nos pontos destacados pelos associados como principais problemas na gestão econômica da atividade: logística e capital de giro. O fator mais crítico no primeiro caso refere-se à infraestrutura disponível de transporte que, além de ser precária, é cara¹² e não é adaptada para transportar de modo mais eficiente a produção apícola das propriedades, como se pode observar no relato seguinte:

Atualmente a Turimel e a maioria de seus associados sofrem com a limitação de sua mobilidade de transporte. À medida que avançam as pastagens em fazendas mais próximas às principais estradas vicinais das cidades, os apicultores são empurrados para áreas cada vez mais distantes e de difícil acesso, descapitalizados não têm acesso em tempo hábil ao transporte prejudicando assim o fluxo desejável para sua atividade. Mais difícil ainda quando encontra o transporte disponível, o custo é muito alto como forma de evitar o frete os transportes não são adaptados e apropriados para esta atividade específica, além da maioria dos condutores terem medo de abelhas (Vicente).

No tocante ao capital de giro, o problema se materializa principalmente devido à dificuldade dos produtores familiares em conseguir linhas de crédito mais apropriadas para a atividade apícola, e assim estruturar seu sistema produtivo. Com isso, abre-se

12. A estimativa é que os gastos com transporte representam um custo de até um terço da receita (Sebrae, 2006).

um flanco de atuação para os empresários do ramo apícola que atuam na região: “As empresas chegam com estrutura flexível e se apropriam da cadeia. Elas não oferecem nenhum implemento para os apicultores, nem os tambores para o armazenamento eles dão, e ainda assim levam todo o nosso mel limpinho” (Denise).

Além do novo conflito causado pela diferença em termos de lógica de exploração da apicultura pelos colonos e pelas empresas “de fora”, outro conflito que permanece vivo na região é quanto à titulação das terras. Segundo os entrevistados, a questão agrária ainda é um problema na região porque não há a titulação definitiva das terras, mesmo depois da extinção da Colone em 1997 e a transferência de seus ativos territoriais para a gerência do Incra. O único documento que garante a posse dos colonos continua sendo a antiga Carta de Anuência expedida pela Colone, que garante às famílias o direito de uso à porção de terra que recebe, onde constam os seguintes dizeres: “a presente carta de anuência é intransferível intervivos, inegociável e não sujeita à penhora e arresto”.

Mas a Turimel não conviveu nesses últimos anos apenas com conflitos no âmbito externo, a associação viveu também conflitos de ordem interna. Por problemas de gestão, perdeu sua inscrição do SIF em 2008, o que a deixou impossibilitada de comercializar diretamente para outros estados da federação. Permaneceu apenas com a inscrição estadual de comercialização. De acordo com a diretoria atual, há toda uma mobilização para reverter essa situação e todas as exigências para a adequação das unidades de processamento dos produtos feitas pelo Mapa já foram cumpridas, mas ainda não houve retorno.

A questão da fiscalização fitossanitária, embora seja de fundamental importância para a saúde pública, é um tema muito controverso, não apenas no Maranhão, mas em todo o território nacional, devido ao *lobby* que as grandes empresas e redes de agroindústrias possuem. Os produtos de organizações da agricultura familiar nem sempre recebem a atenção necessária, uma vez que não há diferenciações em termos de exigências, tanto em termos de boas práticas como também de infraestrutura, de maneira que “as exigências equiparam os pequenos produtores às grandes empresas” (Vicente).

Apesar de todos esses desafios que estão colocados, os anos recentes também trouxeram boas notícias para a Turimel. Em 2006, ela obteve um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Projeto de Implantação do Centro de Tecnologia Apícola do Estado do Maranhão, a ser construído

em Santa Luzia do Paruá, em um terreno limítrofe às instalações da sede da associação. Além das instalações do centro tecnológico, cujo principal objetivo é garantir uma infraestrutura adequada para a capacitação dos apicultores familiares da região, também consta no projeto inicial a construção de cinco casas de extração de mel nos municípios de Maranhãozinho, Governador Nunes Freire, Maracaçumé, Junco do Maranhão e Boa Vista do Gurupi (Sebrae, 2006).

Outra conquista ocorreu em 2008, com a aprovação de um novo projeto, dessa vez com a Fundação Banco do Brasil (FBB), para a construção de uma central de comercialização da apicultura, com um espaço para um restaurante e uma loja para a venda de produtos locais, na parte frontal do mesmo terreno de sua sede. A central de comercialização é composta por uma loja de produtos e implementos apícolas, e também por um pequeno restaurante, com recursos também para a compra de equipamentos. A ideia inicial é que um grupo de mulheres, associadas ou familiares de associados da Turimel, fosse treinado para gerir o restaurante.

Recentemente, a Turimel vem trabalhando também no sentido de incentivar os colonos da região em outras atividades econômicas aliadas à preservação do patrimônio natural do Alto Turi. Como a região é uma área de transição entre as vegetações caracterizadas por Cerrado e Floresta Amazônica, a exploração das árvores frutíferas típicas do Cerrado, por meio de um manejo sustentável, despontou como uma possibilidade viável aos agricultores locais. Para uma iniciativa de fomento à fruticultura agroflorestal, a região conta com um leque diversificado de plantas típicas cujos frutos são desperdiçados, como o jatobá, o bacuri, o cupuaçu, o murici, o pequi e o jenipapo, e que poderiam ser consorciados com outras frutas, como o açaí, o caju, a banana, a acerola, entre outros. Por ser uma nova atividade com potencial de geração de renda para as famílias, a fruticultura também ajuda na florada para a ação coletora das abelhas. Nessa perspectiva, surgiram dois projetos dignos de nota. Um deles refere-se à criação de um viveiro de mudas em sua sede. Outra ação desenvolvida foi o Projeto Palmeiras, que visa localizar áreas de palmáceas para sensibilizar os proprietários para a manutenção dessas espécies e possibilitar o seu aproveitamento econômico como, por exemplo, na produção de óleo, artesanato, doce etc.

Além dessas parcerias citadas, de grande importância para a estruturação física da associação, o universo da agricultura familiar conta com uma série de políticas públicas voltadas para o fomento e desenvolvimento de suas atividades. Uma delas refere-se ao

PRONAF, instituído em 1996, que visa destinar linhas diferenciadas de crédito para o investimento e custeio das atividades dos agricultores. No caso da região do Alto Turi, a disponibilidade de crédito para os colonos sempre foi um grande obstáculo, que por sinal se eleva à medida que aumenta o grau de pobreza destes. Mesmo após a criação do PRONAF, as portas dos agentes bancários permaneceram inacessíveis aos colonos. Somente após a viabilização da apicultura e o estabelecimento de novos mecanismos de comercialização, além de uma ação política tanto dos sindicatos quanto da própria direção da Turimel, é que a situação começou a melhorar. Como disse o presidente da Turimel, “a apicultura abriu as portas dos bancos para os agricultores da região” (Vicente).

Entretanto, a expansão do acesso ao crédito subsidiado entre os colonos permanece dificultada por três motivos principais. O primeiro refere-se à falta de agências bancárias, sobretudo dos bancos públicos, nos municípios que compõem o Alto Turi. Apenas uma agência do Banco do Brasil (BB) e outra do BNB, ambas no município de Zé Doca, operam o PRONAF na região. Outra questão refere-se à alta inadimplência do PRONAF. Segundo o presidente da associação, o nível de inadimplência entre os associados é baixo, mas a média geral em Santa Luzia do Paruá e municípios vizinhos é alta, o que exige que os agricultores inadimplentes procurem as agências bancárias para aderirem aos programas de renegociação de dívidas, impedindo que algumas linhas de financiamento sejam bloqueadas nesses municípios.

A terceira questão impeditiva diz respeito à carência de assistência técnica oficial nos municípios, o que dificulta aos agricultores a elaboração de seus projetos individuais para a contratação do PRONAF. Com isso, alguns municípios dependem das articulações feitas pela Turimel para conseguir a oferta de assistência técnica necessária, ainda que pontual, para a elaboração dos projetos conforme as exigências dos bancos. Um exemplo foi a negociação junto com o BB para a constituição de um programa de desenvolvimento regional sustentável (DRS), voltado para o apoio à apicultura na região, em 2006.

A falta de assistência técnica para a elaboração e acompanhamento de projetos compromete também o acesso a outras políticas públicas, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Turimel conseguiu firmar uma parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão responsável pela operacionalização do PAA, em 2007, para o fornecimento de mel para merenda escolar. No entanto, o projeto pecou em um aspecto. Como o mel era distribuído às crianças em copinhos plásticos, o descarte desse material com resíduos atraía as abelhas, acarretando um perigo para as crianças.

Por riscos como esse, o fornecimento de mel para a CONAB em todo o Brasil somente pode ser efetuado em sachês, o que demanda um equipamento específico (máquina envasadora). No momento desta pesquisa, a Turimel não possuía tal equipamento, mas, segundo seu presidente, essa pendência seria resolvida logo após a inauguração da central de comercialização, já em fase final de construção.

Outra política pública que a associação tem atuação direta é o programa de agentes de desenvolvimento do Projeto Brasil Local, para fortalecer empreendimentos comunitários de economia solidária na região. Esse programa é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e operado no Maranhão pela Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres).

Questionados sobre políticas em nível estadual, os apicultores disseram que em 2009 o governo do Maranhão criou a Câmara Setorial do Mel, mas que acabou não tendo operacionalidade depois da troca de comando que ocorreu após a cassação do governador à época. O presidente da associação afirmou que o governo atual sinalizou apoio à cadeia apícola, mas ainda não havia nada de concreto até então.

Por fim, outro fato positivo que de certa forma congratula todos esses anos de esforços dos agricultores familiares do Alto Turi maranhense no desenvolvimento da cadeia apícola e do associativismo em seu território foi a conquista em 2012 do 4º Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (Prêmio ODM Brasil).¹³ Esse evento é realizado pelo governo federal em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como forma de reconhecimento a iniciativas que auxiliam o país a alcançar as chamadas “metas do milênio”, que foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 países, dentre eles o Brasil. Segundo os diretores da Turimel, essa premiação representa uma nova injeção de ânimo para enfrentar os desafios que a atividade impõe em um contexto de livre mercado, sem perder o horizonte maior da luta pela valorização de sua identidade como agricultores familiares e de seu direito ao território e à cidadania.

13. O Prêmio ODM Brasil foi criado durante a primeira gestão do presidente Lula e ocorre de dois em dois anos. Podem concorrer projetos e programas de entidades da sociedade civil (sem fins lucrativos) e organizações do poder público. No 4º Prêmio, concorreram mais de 1.600 experiências, sendo premiadas vinte, entre elas, a Turimel. Mais informações, ver: <<http://www.odmbrasil.gov.br>>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou avaliar a trajetória de construção do associativismo entre agricultores familiares na cadeia apícola no território do Alto Turi maranhense, com o intuito de identificar possíveis determinantes históricos que impulsionaram esse processo, bem como elementos de sucesso e entraves estruturais para o desenvolvimento desse projeto.

Verificou-se que os colonos originais eram constituídos por famílias pobres de migrantes com a esperança de iniciar uma nova vida em uma região que se encontrava no início de um processo de colonização dirigida pelo poder público. No entanto, o território em questão não se caracterizava por um completo vazio demográfico, e sim uma área em disputa por diferentes grupos sociais, com interesses diversos, mediada pela ação corporativa do Estado.

A falta dos investimentos de infraestrutura necessários, a fragilidade nos direitos de propriedade e a baixa produtividade do solo para culturas agrícolas de subsistência tornaram a situação dos colonos pobres extremamente delicada, tornando-os, por um lado, sujeitos ao poderio econômico de pecuaristas que grilavam terras públicas para a expansão de seu rebanho e, por outro, dependentes de ações sociais por parte da Colone, empresa pública responsável pelo projeto de assentamento na região. Essa situação começou a ser questionada por parte dos colonos que entraram em conflito com os poderes locais instituídos.

Assim, com base no modelo analítico adotado, o que se verificou é que o estímulo para uma ação associativa dos colonos surgiu de um processo histórico de conflitos com grandes fazendeiros e o clientelismo estatal em torno da luta pelo direito ao território e à garantia da cidadania. As diversas formas de organização coletiva ao longo dos anos permitiram o fortalecimento da identidade camponesa dos colonos. À medida que se envolviam em temas que lhes diziam respeito diretamente, foram sendo constituídas instituições participativas e representativas, como sindicatos e associações autônomas, com o apoio de organizações sociais importantes, como a CPT, considerados atores estratégicos nesse processo. Isso resultou em um circuito informativo que aos poucos foi englobando uma parcela maior da população, o que propiciou a consolidação de um poder organizacional e uma densidade interativa maior entre as famílias. Tudo isso facilitou a participação cooperativa dos atores locais em torno de um projeto que passou a ser comum, mesmo após algumas experiências malsucedidas.

A aposta foi feita na cadeia apícola, praticamente inexistente à época na região. Com a adesão contínua de famílias a essa proposta, surgiu a necessidade de um novo mecanismo de representação coletiva dos colonos no território. Nesse contexto, foi criada a Turimel em 1998. Nos anos subsequentes, foram acolhidas diferentes estratégias tanto para a adesão de novos associados quanto para a garantia da autonomia e participação das comunidades locais, resultando em uma seleção social que moldou a atual estrutura organizacional da apicultura em empreendimentos de economia solidária, formados por agricultores familiares de todos os municípios que compõem o Alto Turi.

O enfrentamento das dificuldades e a viabilização desse projeto coletivo resultaram no reconhecimento institucional da Turimel e o empoderamento sociopolítico das famílias envolvidas, que, além de alcançarem uma melhor qualidade de vida proveniente da renda monetária advinda da apicultura, se organizaram em outras frentes para lutar por questões sensíveis ao desenvolvimento sustentável da região, convergindo com o histórico de lutas que caracteriza esse grupo desde os anos iniciais do projeto de assentamento. Essas disputas envolvem não apenas o investimento em infraestrutura física necessária nos municípios, mas também a defesa da paisagem natural e da identidade local. Ou seja, mas que um empreendimento econômico, a Turimel se consolidou como uma verdadeira rede social de cooperação engajada em várias dimensões do desenvolvimento sustentável no território do Alto Turi.

Com base nesse raciocínio, conclui-se que o desenvolvimento da apicultura no território, o qual não seria possível sem a organização coletiva e o associativismo entre as famílias locais, permitiu de fato a viabilização econômica das propriedades familiares agrícolas no Alto Turi. Como debatido neste texto, a apicultura garante uma renda monetária familiar que dificilmente seria garantida com outras atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. No entanto, isso não quer dizer que as demais atividades não sejam realizadas, pois elas continuam importantes para a composição total da renda e para a segurança alimentar das famílias. Isto significa que a apicultura, mesmo tendo importância central nos últimos anos, somou-se a uma multiplicidade que envolve o universo produtivo da agricultura familiar na região.

A contribuição da apicultura para o território foi além da questão da renda. Por um lado, ela foi o elo concreto que garantiu a participação e a cooperação de um grupo considerável de famílias que apostou em uma proposta inovadora para sua região. Por

outro, ela fez despertar a consciência nas famílias da importância em se preservar o patrimônio natural do território, que vinha sendo seriamente devastado pela expansão da pecuária, e sem o qual não há possibilidade de existência da apicultura. Com isso, a apicultura e o associativismo permitiram uma transformação do espaço vivido e uma nova relação de apropriação do território por parte dos agricultores familiares (colonos) do Alto Turi.

No entanto, a evolução da cadeia apícola no Alto Turi despertou outros interesses econômicos que não convergem com o ideal associativista de uma economia solidária, e sim com o princípio individualista e concorrencial da economia de mercado tradicional. Como apresentado, muitos empresários passaram a explorar a atividade atuando, sobretudo, nas fragilidades que as organizações locais possuem como, por exemplo, a disponibilidade de capital de giro e estrutura de transporte adequada. Tal fato aponta a necessidade de inovação nas estratégias de organização dos empreendimentos associativos ligados à Turimel, para manterem sua autonomia.

Pode-se dizer, portanto, que a apicultura de base associativa foi um forte elemento de reterritorialização na região do Alto Turi, uma vez que ela possibilitou um ambiente de novas perspectivas e esperanças para as famílias que compõem seu corpo social, ao mesmo tempo que abriu outros campos de disputa provenientes de uma nova dinâmica econômica de mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Agricultura familiar e reforma agrária. **Estudo da dimensão territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

ALMEIDA, Desni Lopes. **O campo e a política**: a participação do campesinato na política maranhense (1955-1979). 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para o debate. Brasília: IICA, 2006.

BUCHMANN, Eriberto. **A redefinição e o futuro da unidade familiar de produção frente à expansão do capitalismo no campo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

CARNERIO, Maria José; MALUF, Renato. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: NEAD/UFRJ, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CAZELLA, Ademir. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial. **Revista redes**, v. 13, n. 1, 2008.

DIAS, Marcelo Miná. **Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas**. 2006. Mimeografado.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de administração pública**, v. 47, n. 2, 2007. (Texto para Discussão).

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. UFF/Economia, 2005. (Texto para Discussão).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Plano popular de desenvolvimento regional do estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2008.

JATOBÁ, Jorge. **Dinâmica populacional e econômica na pré-Amazônia maranhense: a fronteira de recursos e a colonização do Alto Turi**. 1978. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A21.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas/SP: UNICAMP, 1993.

MANHÃES, Luiz Carlos Siqueira. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida do Alto Turi maranhense 1962/1984**. 1987. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

MEJIA, Margarida R. O “território” na análise da ruralidade: reflexões elaboradas a partir da situação de um assentamento do Inca. **Revista redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2006.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: ANPOCS, 1988.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PERUZZO, C. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário Unesco/UMESP de comunicação regional**. São Bernardo do Campo, Cátedra Unesco/UMESP, 2003.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor; JANSSEN, Marco A. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo: SENAC, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Revista antropolítica**, n. 9, 2001.

_____. **Sociedades e organizações camponesas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Histórias de sucesso: agronegócios: apicultura**. Brasília: Sebrae, 2006.

SILVA, Sandro Pereira. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Revista cadernos gestão pública e cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60. 2012.

SOUZA, Emanuel F. M.; SILVA, Marcio G.; SILVA, Sandro Pereira. A cadeia produtiva da mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (MG): aspectos socioprodutivos e geração de renda para a agricultura familiar. **Revista isegoria**, n. 2, 2012.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. (Texto para Discussão, n. 1).

_____. **Desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Celia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração eletrônica

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

